

# Conservação e reabilitação do património

## Documento estratégico 2020-2030

Vasco Peixoto de Freitas, Inês Flores-Colen GECORPA



**O** documento estratégico intitulado “Conservação e Reabilitação do Património. Estratégias e Potencialidades (2020-2030)” foi desenvolvido em 2020, e lançado no final de 2021 devido à covid-19. Teve a coordenação do anterior presidente Vasco Peixoto de Freitas, com o contributo de vários especialistas em património (Alice Tavares, Esmeralda Paupério, Filipe Ferreira, João Martins Jacinto, José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada, Manuel Aranha, Ricardo Gonçalves, Vasco Peixoto de Freitas e Vítor Cóias).

Este documento estratégico visa assim refletir sobre o património construído e, sobretudo, propor um conjunto de recomendações e prioridades consideradas relevantes para os decisores que atuam na área da conservação e reabilitação do património edificado.

Os principais objetivos são:

- promover a reabilitação, a conservação e o restauro do património e, em particular, do património cultural;

- contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade;

- zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor.

### PONTOS RELEVANTES

#### Identificação e caracterização do património

A legislação define o Património Cultural Português como o conjunto de bens materiais e imateriais que estão sujeitos a uma determinada exposição e vulnerabilidade e que, pelo seu valor próprio, são considerados de interesse para a identidade cultural. Portugal tem mais de 4500 imóveis classificados como Património Cultural Imóvel (80 % integrados

nas tipologias de arquitetura civil e religiosa). É fundamental a mais completa caracterização de todo o património (levantamento, mapeamento, caracterização, grau de degradação) para a definição de um plano estratégico de intervenção a médio prazo, sejam obras de conservação, de restauro ou de reabilitação.

#### Gestão do património

Na gestão do património edificado importa saber quem gere e tem a responsabilidade de investir em ações de conservação e manutenção programada e de reabilitação. A informação sobre quem tutela e gere o património cultural é de maior relevância para a definição de estratégias e possíveis investimentos.

#### Riscos para o património

Importa avaliar a falta de qualidade das intervenções, erros de conceção e execução, abandono ou falta de manutenção, turistificação e intervenções desajustadas. Existem

ainda riscos naturais a que o património edificado está sujeito, como sismos, cheias e incêndios, com tendência a agravamento devido às alterações climáticas.

### Investimento público

O orçamento para a Cultura para 2020 do Estado Português, embora tenha crescido, representa muito menos do que 0,3 % do PIB. Ainda não se dispõe de informação clara sobre estratégia a partir de 2022. O investimento de 150 milhões de euros previsto na medida RE-C04-i02 (PRR) para a requalificação e conservação dos museus, monumentos e palácios do Estado, para a requalificação dos teatros nacionais e a implementação do Programa Saber Fazer é claramente insuficiente e centralizado numa área limitada do país.

### Metodologia de intervenção no património

As intervenções no património devem ser compatíveis, apostando no princípio da reversibilidade, associado à sua época construtiva. Nunca será de mais relembrar o conceito de “preexistência” que o arquiteto Fernando Távora soube transmitir às gerações seguintes e que alerta para a necessidade de uma apurada leitura do objeto de estudo e toda a sua envolvente numa perspetiva material/física/construída, mas também para as questões imateriais referentes à evolução histórica e cultural e contexto socioeconómico.

Na requalificação do património edificado, incluindo os edifícios correntes e monumentais (Património Cultural Imóvel), é quase sempre possível a manutenção das estruturas existentes: paredes, pavimentos e coberturas. A inspeção e o diagnóstico do estado das estruturas e da envolvente são um contributo fundamental para a avaliação real do estado de degradação, em termos do desempenho face à humidade e da garantia da sua segurança estrutural, em particular, no que se refere à ação sísmica.

Vários estudos são necessários, desde levantamentos histórico-arqueológicos, estudos higro-térmicos, simulações numéricas, antes das obras de reabilitação, conservação e restauro.

As intervenções devem incluir a coordenação de equipas multidisciplinares (engenheiros, arquitetos, arqueólogos, historiadores, conservadores e restauradores, entre outros) que saibam integrar os valores patrimoniais com as necessidades atuais.

### Formação e qualificação

A formação é um dos vetores fundamentais na qualificação profissional de todos os atores, o que pressupõe adequar o ensino de nível superior que se realiza em Portugal, assim como refletir sobre a necessidade de formação dos quadros superiores e dos quadros intermédios através de escolas profissionais. Deve-se procurar promover ações de formação com níveis diferenciados que per-

mitam qualificar os projetistas e as empresas que atuam no património. Sem qualificação e conhecimento não será possível realizar intervenções com qualidade e durabilidade. É importante também para o património, tendo em conta a população na sua globalidade, em particular os jovens. Em resumo, é importante trazer o conhecimento científico para a prática, qualificar os atores, promover formação a diferentes níveis, não perder o saber-fazer tradicional e dar ênfase ao património cultural na educação para a cidadania.

### Reflexão

O documento estratégico termina com dez recomendações para uma definição de uma estratégia nacional para a reabilitação e conservação do património.

Cabe às associações, como o GECORPA, o papel fundamental de procurar sensibilizar os decisores, os investidores e os cidadãos sobre as melhores estratégias de intervenção no património, a curto e médio prazo, reforçando a importância das boas práticas e a qualificação adequada de todos os intervenientes. A reflexão sobre a importância da preservação do património e da nossa responsabilidade nessa defesa é cada vez mais necessária e crucial, numa altura em que existem crescentes exigências de sustentabilidade ambiental, social, cultural e económica e uma enorme pressão por parte do imobiliário e da indústria turística.

..... *Vida Associativa* .....

## APRUPP e GECORPA formam grupo de trabalho Energia e Património



APRUPP – Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património e o GECORPA – Grémio do Património constituíram o Grupo de Trabalho Energia e Património (GTEP), no final de dezembro de 2021. O GTEP tem como objetivos analisar o impacto da atual legislação da eficiência energética dos edifícios na salvaguarda do património edificado corrente, bem como sintetizar as principais dificuldades de aplicação normativa e o seu efeito na perceção

de técnicos, empresas e indústria, quer ao nível do projecto quer das próprias intervenções e do retorno efetivo do investimento. A criação do grupo visou também sensibilizar a sociedade para estes temas e fornecer conhecimento técnico estruturado, suportado por estudos científicos, através das redes sociais.

Este grupo, que conta com 11 membros, pertencentes a uma ou a ambas as associações, abrange conhecimentos multidisciplinares,

em estreita interação com a academia, as empresas e os profissionais envolvidos na reabilitação térmica (peritos e técnicos).

Para levar a cabo a missão a que se propõe, o GTEP espera a colaboração de todos em futuros questionários e iniciativas que visam a compatibilização da intervenção com a preservação do património edificado.